

**POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:  
APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA  
A PARTIR DO LÉXICO TOPONÍMICO TOCANTINENSE**

*Rodrigo Vieira do Nascimento* (UFT e UNITINS)  
[rodrigo.vn@unitins.br](mailto:rodrigo.vn@unitins.br)

**RESUMO**

O léxico toponímico resguarda um patrimônio linguístico e cultural de uma comunidade. Materializado e corporificado, este é reflexo social e cultural da cosmovisão de um grupo. No entendimento que esses nomes de lugares constantemente (re)inventam-se no tempo e no espaço, sobrepondo-se a valores socioculturais, identitários, econômicos, políticos e religiosos, a proposta deste trabalho vincula-se ao estudo da Toponímia aplicada ao ensino e consiste em identificar os nomes de lugares à luz da prática pedagógica interdisciplinar, inovadora e transversal. Propõe-se, deste modo, apresentar uma proposta didático-pedagógica para o Ensino Fundamental, a partir do léxico toponímico do Estado do Tocantins. Para tanto, partimos da seguinte questão norteadora: como os aspectos toponímicos (linguísticos, geográficos, históricos, culturais, antropológicos) estão imbuídos nas manifestações artísticas e culturais dos povos e comunidades tradicionais do Tocantins e como esses signos linguístico-onomásticos podem ampliar o conhecimento do aluno, no que tange a sua dinamicidade, interdisciplinaridade e transversalidade? Para tanto, partimos do conceito de inovação pedagógica para fundamentar este trabalho, dos documentos oficiais, como também, do referencial teórico e metodológico da Toponímia.

**Palavras-chave:**  
Ensino. Tocantins. Toponímia.

**ABSTRACT**

The toponymic lexicon protects a linguistic and cultural heritage of a community. Materialized and embodied, this is a social and cultural reflection of a group's worldview. In the understanding that these place names are constantly (re) invented in time and space, overlapping socio-cultural, identity, economic, political and religious values, the proposal of this work is linked to the study of Toponymy applied to teaching and is to identify place names in the light of interdisciplinary, innovative and transversal pedagogical practice. It is proposed, therefore, to present a didactic-pedagogical proposal for Elementary School, based on the toponymic lexicon of the State of Tocantins. For this, we start with the following guiding question: how the toponymic aspects (linguistic, geographic, historical, cultural, anthropological) are imbued with the artistic and cultural manifestations of the traditional peoples and communities of Tocantins and how these linguistic-onomastic signs can amplify the knowledge of the student, in terms of its dynamicity, interdisciplinarity and transversality? We start from the concept of pedagogical innovation to base our work, the official documents, as well as the theoretical and methodological framework of Toponymy.

## **1. Alinhavos iniciais**

Por meio do processo de comunicação, o homem acaba designando, batizando, intitulado, nomeando aspectos da sua realidade – outorga significado ao universo. O ato de nomear é uma atividade milenar que confere sentido à sua vida, pois, o ser humano atribui nome a tudo que o cerca. Nomear, para o homem, é uma necessidade de organização e de orientação (ANDRADE, 2015, p. 16).

Conferir um nome é “reconhecer a existência de algo, é adicionar em um universo cognitivo, no conjunto das coisas de conhecimento e de domínio, aquilo que se denomina e que se encontra na esfera de interesse do próprio denominador” (FILGUEIRAS, 2011, p. 26). Esta atividade, intrínseca à cultura humana, resulta em um conjunto de vocábulos ou palavras, dos quais os membros de uma comunidade linguística se utilizam. A esta reunião de designativos, dá-se o nome de Léxico, “patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística” (BIDERMAN, 2001, p. 14).

Biderman (2001, p. 13) sublinha que o léxico de uma língua natural “constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”, é o “[...] produto da experiência acumulada historicamente na cultura da sua sociedade” (idem, 1998, p. 104). É, portanto, “testemunho de uma época” (MATORÉ, 1953 *apud* SEABRA, 2015a, p. 16), posto que, o sistema linguístico, “nomeadamente o nível lexical, armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade em diferentes épocas” (SEABRA, 2015b, p. 3).

Diferentemente do signo linguístico, marcado pela arbitrariedade, o signo toponímico é delimitado pela motivação. Ao eleger o nome de um lugar, “o homem faz uso de suas habilidades linguísticas, associando a denominação aspectos da realidade da comunidade, agregando a ele motivação, convenção e identificação” (DAL PIZZOL, 2014, p. 17). Assim, os signos toponímicos são “verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população” (DICK, 1990, p. 22). Deste modo, por meio de léxico toponímico, “traduz-se o pensamento, valores pessoais e sociais do homem enquanto ser social de diferentes sociedades no decurso da história” (ISQUERDO; KRIEGER, 2004, p. 11). Investigar esse evento

cognitivo é, então, analisar não apenas a língua, mas também, o fato cultural que nele se deixa transparecer (SEABRA, 2012, *on-line*).

Posto isto, estudar o ato de nomeação dos lugares constitui um caminho possível para o conhecimento do *modus vivendi* das comunidades ou povos que ocupam ou ocuparam um determinado espaço. No que se refere ao contexto educacional, acredita-se que o léxico toponímico pode ser precípuo ao processo de ensino–aprendizagem do aluno. Compartilhamos da ideia, por exemplo, de que quando a escola possibilita ao aluno uma imersão a realidade que o cerca, os nomes de lugares podem contribuir notadamente para a compreensão da cultura local e identitária. Assim, partimos do pressuposto que o pensar geográfico (espacial/territorial) contribui para “a contextualização do próprio aluno como cidadão do mundo, ao contextualizar espacialmente os fenômenos, ao conhecer o mundo em que vive, desde a escala local à regional, nacional e mundial” (CAVALCANTI, 1998, p. 11).

Sendo um Estado de inúmeras potencialidades econômicas, ambientais e sociais, o Tocantins é constituído de uma grande variedade de povos e comunidades tradicionais<sup>299</sup>, como, os ribeirinhos, as quebradeiras de coco babaçu, os quilombolas e os povos indígenas. Neste ínterim, a proposta deste trabalho vincula-se ao estudo da Toponímia aplicada ao ensino e consiste em identificar os nomes de lugares à luz da prática pedagógica interdisciplinar, inovadora e transversal. Propõe-se, nesta discussão, apresentar uma proposta didático-pedagógica para o Ensino Fundamental, a partir do léxico toponímico do Estado do Tocantins. Para tanto, partimos da seguinte questão norteadora: como os aspectos toponímicos (linguísticos, geográficos, históricos, culturais, antropológicos) estão imbuídos nas manifestações artísticas e culturais dos povos e comunidades tradicionais do Tocantins e como esses signos linguístico-onomásticos podem ampliar o conhecimento do aluno, no que tange a sua dinamicidade, interdisciplinaridade e transversalidade?

Estudar os lugares e as culturas em toponímias geográficas é tecer

---

<sup>299</sup> Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Os povos e as comunidades tradicionais são representados por diversos povos indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, povos de terreiro, povos ciganos, sertanejos, caipiras e roceiros (SEPLAN, 2016, p. 20).

o tempo pela memória do lugar, é revelar geografias impressas na paisagem, é compreender traços culturais soterrados no cotidiano. Então, buscamos, nesta pesquisa, apresentar uma proposta pedagógica, com um leque de informações em diversas áreas, a partir da Toponímia, História, Geografia, Linguística, dentre outras, a qual enriqueça e ultrapasse a integração dos elementos do conhecimento.

## **2. Tocantins: povos e comunidades tradicionais**

É cediço que o Brasil é um país de vários tipos de “brasileiros”. Há, nestas terras de palmeiras, “onde canta o sabiá”, uma diversidade de populações tradicionais<sup>300</sup>, o que comprova nosso pluralismo cultural. Constata-se a presença de inúmeros povos indígenas, diversas comunidades remanescentes de quilombos (quilombolas), variados caboclos ribeirinhos, distintas comunidades tradicionais urbanas, tradicionais marítimas (pescadores artesanais e caiçaras). Como apresenta a Seplan (2016, p.20), “diversos segmentos da sociedade brasileira são marcados por identidades coletivas próprias”. Em números, o documento pontua que são:

Cerca de 8 milhões de brasileiros e brasileiras fazem parte de povos e comunidades tradicionais, ocupando um quarto do território nacional. Incluem, entre outros grupos, 2 milhões de quilombolas, 1 milhão de atingidos por barragens, 435 mil indígenas, 400 mil quebradeiras de coco, 37 mil seringueiros e 163 mil castanheiros. Estima-se, por exemplo, que 27% do território amazônico seja ocupado por terras indígenas (SEPLAN, 2016, p. 20)

Essas populações tradicionais foram/são importantes para a formação da sociedade brasileira, sua participação no processo civilizatório nacional, na preservação dos valores culturais e do próprio modo de criar, fazer e viver, ou seja, sua sociodiversidade e, por essa razão, integram o patrimônio ambiental nacional (LOPES, 2013, p. 174-5).

Os espaços territoriais em que vivem essas populações, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, são lugares de reprodução cultural, social e econômica (BRASIL, 2007, p. 1). Diz respeito a um

---

<sup>300</sup> Leite (2013, p. 161) rememora que a expressão “povos e comunidades tradicionais” foi utilizada pela legislação brasileira há pouco tempo, por meio do Decreto n.º 6.040/07, sendo que, “antes as denominações eram bastante variadas [...]: comunidades tradicionais, populações tradicionais, populações locais, povos tradicionais” (LEITE, 2013, p. 161).

espaço “vivido e de profundas significações para a existência e a sustentabilidade do grupo de parentes próximos e distantes que se reconhecem como um coletivo por terem vivido ali por gerações e gerações e por terem transformado o espaço em um lugar” (BRASIL, 2013, p. 439). Complementa o documento, que trata-se de “um lugar com um nome, uma referência forte no imaginário do grupo, construindo noções de pertencimento”, em linhas gerais, “[...] de um espaço conquistado pela permanência, pela convivência, que ganha importância de uma tradicionalidade, ao servir de suporte para a existência de um grupo de pessoas aparentadas por afinidade e consanguinidade ou, até mesmo, por uma afiliação cosmológica” (BRASIL, 2013, p. 439).

O lugar, nesta perspectiva, não pode ser compreendido sem ser “experienciado” ou vivido, como bem postula Tuan (1979). Trata-se de um espaço geográfico-cultural de uso coletivo, conforme as DCN (2013, p. 440), de necessidade “econômica e social, de necessidade cultural e política” do ser humano. Nas palavras de Leite (1991, p. 31), supõe “tradição histórica e cultural construída através dos tempos”. Desta forma, as DCN (2013, p. 439) enfatizam, por intermédio das considerações de Milton Santos (2007), que é impossível “imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial, já que o valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar em que está”, sendo o lugar fruto do “somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas” (BUTTIMER, 1985 *apud* SANTOS, 2010, p. 57). Do ponto de vista cultural, o espaço geográfico<sup>301</sup> desses povos e comunidade é um recinto de vivências e experiências, sobretudo, socioculturais.

Há, no Tocantins, uma população étnica indígena muito heterogênea: são oito etnias indígenas existentes: karajá, xambioá, javaé, xerente, krahô, krahô kanela, apinajé e avá canoeiros – aproximadamente 13.171 índios, segundo dados do Censo do IBGE, de 2010. Povos que estão situados, especialmente, em diferentes regiões tocantinenses nas terras índi-

---

<sup>301</sup> De acordo com as ideias de Suertegaray (2001), o espaço geográfico mostra-se dinâmico, visto que, pode “ser lido através do conceito de paisagem e ou território, e ou lugar, e ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais” (SUERTEGARAY, 2001, n.p.). Como exemplo, “paisagens contêm territórios, que contêm lugares, que contêm ambientes, valendo, para cada um, todas as conexões possíveis” (*Id.*, *ibid.*, n.p.).

genas oficialmente demarcadas<sup>302</sup>.

Atualmente, as comunidades remanescentes<sup>303</sup> de quilombos integram o patrimônio cultural do Tocantins. São, no total, 38 comunidades quilombolas reconhecidas, todas com características particulares que as distinguem umas das outras e de toda a sociedade circundante, apresentando semelhanças pertinentes ao uso e à ligação com a terra onde estão localizadas (FERREIRA; ANDRADE, 2013, p. 338). Conforme Gonçalves e Silva (2012, p. 4), o Tocantins é uma região de diversas comunidades quilombolas porque o Estado teve duas importantes rotas migratórias durante o período da escravidão, nos anos que durou a escravidão negra no Brasil: uma entrada pela região sudeste, na busca de ouro: a rota do ouro; e a outra pela região norte, na busca de pastos naturais para a criação de gado: a rota do gado. Esses dois períodos trouxeram para o Estado do Tocantins um grande número de escravos no século XIX, o que influenciou no processo civilizatório e cultural do “norte goiano”.

É iniludível a relevância dos rios Tocantins e Araguaia no processo histórico de ocupação do território tocantinense. Como dito por Brito (2018, p. 34), “desde as primeiras ocupações, ainda no século XVIII, lugares formaram-se nas margens dos rios Tocantins e Araguaia. Portos e presídios (com objetivos de guarnições militares) tornaram-se cidades importantes no Tocantins”. Logo, também às beiras desses flumens, inúmeras populações, mesmo diante dos movimentos de cheias e secas, edificaram seus lares, juntamente, solidificaram costumes, valores, tradições locais.

O extrativismo do Babaçu, fruto da palmeira *Attalea speciosa*, incidente nos estados do Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Pará e Piauí, é parte integrante da história de inúmeras mulheres da região do Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins. Historicamente, “as quebradeiras de coco entraram no norte do Tocantins no início do século XX, vindas principalmente do Maranhão e do Piauí”, ademais, “até a

---

<sup>302</sup> Informações extraídas da base eletrônica da Secretaria da Educação do Tocantins (SE-DUC-TO). Disponível em: <http://seduc.to.gov.br/programas-e-projetos/programas/programa-vamos-ler/povos-indigenas-do-tocantins/>. Acesso em 07 de novembro de 2016.

<sup>303</sup> O Art. 2º do Decreto Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 consideram remanescentes as comunidades, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

década de 1970, exerciam suas atividades de extração do babaçu na região do Bico do Papagaio, garantindo a subsistência de suas famílias” (SEPLAN, 2016, 63). Dessa comunidade extrativista, Raimunda Gomes da Silva, conhecida regionalmente como “Dona Raimunda”, tornou-se uma liderança de referência norte do Estado do Tocantins, devido a sua luta incansável em defesa dos direitos das quebradeiras de coco.

Numerosos modos de vida se configuraram e se tornaram tradicionais em razão das práticas sociais e culturais desenvolvidas no Tocantins. Como dito por Nascimento e Córdula (2016, *on-line*), “todo o conhecimento de uma comunidade é intitulado etnoconhecimento e está vinculado ao *cosmos, corpus e praxis*, que significam respectivamente crenças, mitos e ritos da comunidade”. Tais saberes, *habituse modus vivendi* estão positivamente penetrados nas manifestações artísticas e culturais dos povos e comunidades tradicionais do Tocantins, sendo passíveis de múltiplas investigações etnolinguísticas, antropológicas, sociológicas, históricas, culturais e entre outras searas científicas.

Tais tradições envolvem “simbologias, oralidade e expressões comuns de um povo e, muitas vezes, únicas, influenciadas pela região, pela ancestralidade, pela relação entre ser humano e natureza” (NASCIMENTO; CÓRDULA, 2014, *on-line*). No Tocantins, tais heranças culturais dessas populações autóctones estão congruentes a dança, as roupas, aos próprios utensílios e, sobretudo, as manifestações linguísticas, em que, por meio da palavra, povos e comunidades conservam sua memória e, assim, as histórias são preservadas, “relicários feitos de ar, lembranças, emoções; objetos para encantar o outro, seduzir o outro, ensinar ao outro, abrandar o outro, comprometer o outro com seu passado, sua gente e seu tempo” (SISTO, 2010, p. 2).

### 3. *No tecer de novos paradigmas: toponímia e ensino*

Os signos toponímicos são marcados ideologicamente por corporificarem a visão do denominador num tempo e espaço determinados. Estes comprovam a assertiva de que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso, posto que “a ação de atribuir um nome a um lugar cristaliza diversos fatores – linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos – do grupo/comunidade que habita o espaço geográfico” (ISQUERDO, 2008, p. 34). Castiglioni (2014, p. 39) acrescenta que no processo de nomeação estabelece-se uma relação entre o denominador e o designativo, tal como, “o que se encon-

tra revelado no nome são as influências que este sujeito nomeador sofreu em relação à cultura e ao ambiente e projetou no ato da nomeação”.

Para se pensar em uma prática pedagógica que envolva a difusão da toponímia no contexto educacional, primeiramente, é fundamental reconhecer sua característica interdisciplinar, para assim buscar favorecer a aquisição de múltiplos conhecimentos, pois, Dick (1990) expõe que:

[...] a aproximação do topônimo aos conceitos de ícone ou de símbolo, sugerido pela própria natureza do acidente nomeado, [...], vai pôr em relevo outras das características do onomástico toponímico, qual seja não apenas a identificação dos lugares, mas a indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropoculturais, contido na denominação. (DICK, 1990, p. 24)

É pensar, pois, que os fios, no ato da nomeação de um determinado lugar, estão imbricados e relacionados a vários fatores: estratos antropolinguísticos, etno-geo-históricos, socioeconômicos e culturais de um grupo. O que permite-nos afirmar que o signo toponímico constitui um meio para conhecer:

- a. a história dos grupos humanos que vivem ou viveram na região;
- b. as características físico-geográficas da região;
- c. as particularidades socioculturais do povo (o denominador);
- d. extratos linguísticos de origem diversa da que é utilizada contemporaneamente, ou mesmo línguas que desapareceram;
- e. as relações estabelecidas entre os agrupamentos humanos e o meio ambiente (SOUSA, 2013, p. 295).

À vista disso, Oliveira e Isquierdo (2001, p. 9) descrevem que o léxico toponímico representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e os costumes de uma comunidade. Logo, os lugares traduzem o simbolismo, a história, a identidade e as peculiaridades de uma dada comunidade.

Estudar os lugares e as culturas em toponímias geográficas é tecer o tempo pela memória do lugar, é revelar geografias impressas na paisagem, é compreender traços culturais soterrados no cotidiano. Neste raciocínio, o estudo dos nomes dos lugares pode ser um empreendimento de muitas facetas. Pode favorecer o conhecimento do “significado e da motivação do nome do lugar, por considerar as relações linguísticas, sociais e culturais que se estabelecem entre o universo pesquisado e o nome propriamente dito – o topônimo” (PEREIRA, 2009, p. 55).



Desta forma, a Toponímia, no contexto de ensino, pode contribuir no processo, mediação e ampliação de conhecimentos acerca das informações a respeito dos elementos urbanos e físicos de uma região, especificamente, na Educação Básica (ANDRADE; RIBEIRO, 2014, p. 346). Os estudos toponímicos também podem favorecer “a contextualização do próprio aluno como cidadão do mundo, ao contextualizar espacialmente os fenômenos, ao conhecer o mundo em que vive, desde a escala local à regional, nacional e mundial” (CAVALCANTI, 1998, p. 11). E, além disso, aliada à criatividade e a inovação pedagógica, propostas de ensino, sob o viés toponímico, podem estimular novos ambientes de aprendizagem para os estudos dos nomes de lugares, modificando práticas tradicionais em atividades criativas e inovadoras; facilitar o acesso às informações toponímicas e geo-históricas do Estado; aguçar a motivação e curiosidade; e favorecer ações pedagógicas interdisciplinares.

Percebe-se, paralelo às orientações e direcionamento dos PCN (1998) e das DCN (2013), que, indubitavelmente, existe na escola contemporânea uma essencialidade de inovar e criar novas estratégias de aprendizagem. Nesta direção, faz-se necessário compreender o ambiente educacional como um espaço de “reprodução e também de inovação, a qual, pode contribuir para a construção de teorias pedagógicas alternativas, através das quais as práticas vivenciadas tornam-se a inspiração para a construção de novos conhecimentos” (CUNHA et al., 2001, p. 43).

### ***3.1. Onomana Base Nacional Comum Curricular (BNCC): um breve olhar***

Plural e hodierna, a BNCC, documento de caráter normativo, é “fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira” (BRASIL, 2017, p. 7). Trata-se de um manuscrito legal que define:

O conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017, p. 9)

Organizada em um todo articulado e coerente, o documento preconiza que, ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais, definidas na BNCC, devem “concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no

âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2017, p. 9). Essas competências gerais da Educação Básica, em consonância a Base Nacional, inter-relacionam-se e desdobram-se durante toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), “articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB” (BRASIL, 2017, p. 9-10).

Em diversas competências específicas, o documento orienta acerca do ensino-aprendizagem de conteúdos que, de algum modo, contemplam o estudo dos nomes de lugares. Expõe-se que “é necessário que os alunos dominem outros conceitos mais operacionais e que expressem aspectos diferentes do espaço geográfico: território, lugar, região, natureza e paisagem” (BRASIL, 2017, p. 361). O conceito de espaço, na BNCC (2017), é “inseparável do conceito de tempo e ambos precisam ser pensados articuladamente como um processo” (BRASIL, 2017, p. 362):

Assim como para a História, o tempo é para a Geografia uma construção social, que se associa à memória e às identidades sociais dos sujeitos. Do mesmo modo, os tempos da natureza não podem ser ignorados, pois marcam a memória da Terra e as transformações naturais que explicam as atuais condições do meio físico natural. Assim, pensar a temporalidade das ações humanas e das sociedades por meio da relação tempo-espaço representa um importante e desafiador processo na aprendizagem de Geografia. (BRASIL, 2017, p. 362)

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a BNCC (2017, p. 362) elucida que, dentre outras unidades temáticas na Geografia, deve-se ampliar “as experiências com o espaço e o tempo vivenciadas pelas crianças, por meio do aprofundamento de seu conhecimento sobre si mesmas e de sua comunidade, valorizando-se os contextos mais próximos da vida cotidiana”. Ressalta o documento que “espera-se que as crianças percebam e compreendam a dinâmica de suas relações sociais e étnico-raciais, identificando-se com a sua comunidade e respeitando os diferentes contextos socioculturais” (BRASIL, 2017, p. 363). Além disso, é importante possibilitar que os estudantes “construam sua identidade relacionando-se com o outro (sentido de alteridade); valorizem as suas memórias e marcas do passado vivenciadas em diferentes lugares; e, à medida que se alfabetizam, ampliem a sua compreensão do mundo” (BRASIL, 2017, p. 363).

E já no Ensino Fundamental – Anos Finais, a BNCC (2017, p. 364) preconiza que o ensino-aprendizagem de Geografia deve expandir o olhar do aluno para “a relação do sujeito com contextos mais amplos,

considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo”. Deste modo, a BNCC (2017, p. 364) centra-se, nesta perspectiva, na construção de “cidadãos produtos de sociedades localizadas em determinado tempo e espaço, mas também produtores dessas mesmas sociedades, com sua cultura e suas normas”.

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, a BNCC (2017, p. 355) pontua que o ensino deve promover “uma ampliação das perspectivas e, portanto, de variáveis, tanto do ponto de vista espacial quanto temporal”. Isso permite aos alunos “identificar, comparar e conhecer o mundo, os espaços e as paisagens com mais detalhes, complexidade e espírito crítico, criando condições adequadas para o conhecimento de outros lugares, sociedades e temporalidades históricas” (BRASIL, 2017, p. 355). Assim, nessa fase, as noções de temporalidade, espacialidade e diversidade são abordadas em uma perspectiva mais complexa e interdisciplinar.

A BNCC da área de Linguagens e suas Tecnologias (2017) considera que ensino e aprendizagem das Linguagens, que, ao longo de mais de três décadas, têm se comprometido com uma formação voltada a possibilitar uma participação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens (BRASIL, 2017, p. 481). Nisto, dentre outras competências específicas de linguagens e suas tecnologias para o Ensino Médio, o documento preconiza que faz-se mister que os alunos compreendam “os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições” (BRASIL, 2017, p. 489) e, além disso, que possam também “compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso” (BRASIL, 2017, p. 489).

A BNCC (2017, p. 492) expõe que os estudantes de Ensino Médio precisam “analisar e compreender as circunstâncias sociais, históricas e ideológicas em que se dão diversas práticas e discursos” e isso significa “interpretar de modo contextualizado tanto produções artísticas quanto textos de outros campos”. Além disso, prevê que os estudantes possam “explorar e perceber os modos como as diversas linguagens se combinam de maneira híbrida em textos complexos e multissemióticos, para ampliar suas possibilidades de aprender, de atuar socialmente e de explicar e interpretar criticamente os atos de linguagem” (BRASIL, 2017, p. 491).

A BNCC da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias des-

taca que, dentre outras competências e habilidades que permitem a ampliação e a sistematização das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, como os conhecimentos conceituais da área, a contextualização social, cultural, ambiental e histórica desses conhecimentos e aos processos e práticas de investigação e às linguagens das Ciências da Natureza (BRASIL, 2017, p. 547), cabe, nas práticas pedagógicas:

Considerar e valorizar, também, diferentes cosmovisões – que englobam conhecimentos e saberes de povos e comunidades tradicionais –, reconhecendo que não são pautadas nos parâmetros teórico-metodológicos das ciências ocidentais, pois implicam sensibilidades outras que não separam a natureza da compreensão mais complexa da relação homem-natureza (BRASIL, 2017, p. 547)

Quanto a isso, a BNCC (2017, p. 549) propõe que os estudantes “analisem a complexidade dos processos relativos à origem e evolução da Vida (em particular dos seres humanos), do planeta, das estrelas e do Cosmos”, bem como, “a dinâmica das suas interações, e a diversidade dos seres vivos e sua relação com o ambiente”. Para tanto, prevê que os estudantes explorem conhecimentos próprios da Geografia e da História: “temporalidade, espacialidade, ambiente e diversidade (de raça, religião, tradições étnicas etc.), modos de organização da sociedade e relações de produção, trabalho e poder”, por conseguinte, “[...] sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo” (BRASIL, 2017, p. 492).

#### **4. *Toponímia – o lugar como uma teia de relações – e uma proposta pedagógica***

Refletir sobre a interdisciplinaridade é emergir nos pontos de encontros/desencontros entre as várias áreas do conhecimento (científico, cultural, filosófico, literário, etc.), ao considerar novos horizontes, novos olhares e novas abordagens teóricas e metodológicas direcionadas à problematização do saber e da valorização humana. No tocante, é muito conspícua a presença da interdisciplinaridade na esfera educacional brasileira, por meio da nova LDB Nº 9.394/96, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na década de 90, bem como, das novas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica e, agora, da Base Nacional comum Curricular BCNN (2017), aos quais, “incidem sobre o trabalho de integração das diferentes áreas do conhecimento, um real trabalho de cooperação e troca, aberto ao diálogo e ao planejamento” (NOGUEIRA, 2001 *apud* BRASIL, 2013, p. 28).

Os PCN do Ensino Médio (2000), quanto à interdisciplinaridade, esclarecem que:

Na perspectiva escolar, a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista. Em suma, a interdisciplinaridade tem uma função instrumental. Trata-se de recorrer a um saber diretamente útil e utilizável para responder às questões e aos problemas sociais contemporâneos (BRASIL, 2000, p. 121)

Ao tratamento interdisciplinar no ensino da Língua Portuguesa, os documentos legais, grosso modo, prezam por uma abordagem relacional/holística, ou seja, “uma interconexão entre os conhecimentos, complementando-os, convergindo-os, divergindo-os; articulando e integrando, assim, informações que transitam entre as diferentes áreas do saber” (SOUSA, 2013, p. 4). Neste viés, assumimos uma postura distinta à visão do modelo cartesiano, de cunho disciplinar, baseada na propositiva linear, redutora e desarticulada do conhecimento e das ciências, visto que, as fronteiras ou caixas disciplinares “se tornam compartimentadas e impedem o contato, a circulação e o diálogo com as outras disciplinas, freando os movimentos interdisciplinares e resistindo às novas teorias provenientes do exterior” (JAPIASSU, 2006, p. 34).

Particularmente, nesta discussão, o eixo que integra, conecta e dialoga é a noção de lugar. Propomos, deste modo, contribuir na construção de uma visão interdisciplinar para o estudo dos nomes de lugares no currículo de Língua Portuguesa, já que a Toponímia, disciplina integrante da Onomástica (parte da Linguística), caracteriza-se, exatamente, pela “interdisciplinaridade inerente e necessária, para a análise e compreensão do sentido que o topônimo possui” (SOUSA, 2013, p. 4).

Paralelamente, Silva e Araújo (2016, p. 898) evidenciam que faz-se inescusável o despertar da curiosidade dos alunos quanto aos estudos toponímicos em diferentes contextos, tal como, de modo autêntico, criar possibilidades para os alunos se envolverem em situações reais de aprendizagem com os signos toponímicos. Atinente a isso, os autores supra expõem que, dentre as várias possibilidades de atividades que podem ser desenvolvidas baseadas nos estudos toponímicos, “a interconexão de conhecimentos, centrada nas transformações ocorridas no espaço, pode ser um caminho viável para o ensino do tema” (SILVA; ARAÚJO, 2016, p. 898).

No limiar das inter-relações de saberes que permeiam os estudos

onomásticos, a proposta em enfoque perpassa pelos seguintes objetivos (geral e específicos):

- a) Possibilitar ao aluno, por meio do estudo dos nomes de lugares, (re)conhecer a etimologia do nome, a identidade, a história, o resgate da memória e a apreensão do *modus vivendi* dos povos e comunidades tradicionais do Estado, além de aguçar o interesse dos discentes pelas informações toponímicas com as quais se deparam cotidianamente.
- b) Trabalhar os conceitos ligados ao campo da percepção da paisagem (topofilia<sup>304</sup>, topofobia<sup>305</sup> e toponímia) a partir da cultura literária dos povos e comunidades tradicionais do Tocantins.
- c) Promover o contato dos alunos com as manifestações literárias (crônicas, contos, poesias, músicas, etc.) destes povos (Comunidades Quilombolas, Ribeirinhas, Indígenas, Quebradeiras de Coco e outros).
- d) Corroborar com a construção progressiva da noção de identidade local e pessoal e estimular o sentimento de pertinência (de vínculo, relação, dependência, ligação, com determinado lugar, grupo, história) ao espaço em que o aluno vive e experiencia.

Lançamo-nos em exprimir uma flexível proposta didática, em que, a partir dos estudos com a Toponímia, o aluno possa construir uma rede de saberes: geográficos, históricos, biológicos, antropológicos, além, é claro, de saberes linguísticos. A partir do ensino–aprendizagem da Língua Portuguesa, especialmente, da Literatura, desenvolvemos um roteiro de atividades que possa contemplar toda a composição desse arca-

---

<sup>304</sup> A essa relação (homem e espaço físico), Tuan (2012) discute em seu livro o termo “Topofilia” como um neologismo, que se configura num sentido amplo, o elo afetivo do ser humano com o lugar, considerando, sobretudo, “a percepção, as atitudes e valores envolvidos na relação entre os seres humanos e o meio ambiente” (COSTA; ROCHA, 2010, p. 38). Tuan (2012) refere-se à topofilia como sendo os “laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (2012, p.135), ou seja, ao elo de afeição que une as pessoas aos lugares (HOLZER, 2003, p. 117).

<sup>305</sup> Em contrapartida ao conceito de Topofilia, em Tuan (2012), a Topofobia representa “o inverso, tendo em vista que o radical fobia remete à aversão, tornando-se o lugar do medo, da repugnância” (SILVA, COSTA; MOURA, 2014, p. 254).

bouço epistemológico do alunado. A proposta encontra-se subdividida em etapas:

1. Discussões temáticas (Toponímia e povos e comunidades tradicionais do Tocantins) e familiarização com os termos específicos da Toponímia (fichas lexicográfico-toponímicas, taxionomias).
2. Diálogo sobre o percurso da presente proposta: objetivos, passos metodológicos (dentro e fora da sala de aula), culminância, áreas que poderão está envolvidas, etc.
3. Levantamento, pelos alunos e professores envolvidos, de diversas manifestações literárias (poesias, músicas, contos, romances, crônicas) encontradas sobre os povos e comunidades tradicionais do Estado. Relatos sobre as manifestações artísticas também podem ser incluídas na atividade: dança, pintura, fotografia, teatro.
4. Registro, pelos alunos e professores envolvidos, de todos os nomes de lugares nos materiais indicados. Os professores responsáveis deverão acompanhar o processo de identificação de topônimos, inclusive poderão fazer uso de uma ficha toponímica para classificação dos topônimos observados.
5. Sob acompanhamento do professor, estudo documental e toponímico nos gêneros textuais literários e materiais coletados. Para tanto, os docentes envolvidos podem fazer uso de dicionários etimológicos, tupi, livros enciclopédicos, sites (como o IBGE, SEPLAN e o Sistema Toponímico dos Tocantins), revistas, decretos ou leis de criação, etc. sobre os topônimos registrados.
6. Reflexão sobre o resgate da história sociocultural contida nos topônimos tocantinenses e como esse fato interfere nas manifestações literárias, artísticas e culturais das populações tradicionais e remanescentes do Estado do Tocantins.
7. Por fim, o docente poderá traçar com os alunos, a partir das fichas lexicográfico-toponímicas, um panorama motivacional de uma determinada região do Estado, como resgate político, ideológico e cultural do denominadore preservação do fundo de memória de tal território.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Os professores, nas respectivas atividades, devem ser cooperativos e participativos, necessariamente, precisam auxiliar os alunos no desenvolvimento de todas as etapas: devem analisar as fontes de pesquisas (se fonte são verídicas, seguras e confiáveis); serem intermediadores no processo de aprendizagem, sobretudo, acerca dos conceitos relativos à Toponímia e “Geografia da Percepção”, por exemplo, sobre as noções de “topofilia”, “topofobia” e “lugar”; além de mediar o diálogo com outros professores de distintas áreas.

A proposta em questão poderá desencadear certas ações:

- a) Produção de murais com informações toponímicas;
- b) Elaboração de textos sobre os nomes de lugares registrados nos gêneros textuais literários, como, relato pessoal, resenha crítica, texto argumentativo, entres outros;
- c) Produção de painéis com fotos e imagens a respeito dos topônimos estudados e até mesmo do desenvolvimento da proposta pedagógica;
- d) Produção de fichas lexicográfico-toponímicas;
- e) Elaboração de questionários sobre o lugar em que os alunos vivem e experienciam.

Com dito Velasco e Tavares (2017, p. 20), “conhecer e refletir sobre o seu próprio nome e sobre os nomes de lugares onde vivem e transitam é uma oportunidade para que os alunos também reflitam sobre si mesmos e tomem mais consciência do espaço onde estão inseridos”, logo, a proposta delineada atrelada ao que postula os PCN (1998) como objetivos traçados para o Ensino Fundamental: “conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro” e “conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país” (BRASIL, 1998, p. 07).

Espera-se, com a questiúncula empreendida, dinamizar os estudos toponímicos na escola e despertar a curiosidade dos alunos acerca dos nomes dos lugares e suas motivações, em especial, aos conhecimentos linguísticos, históricos, geográficos e socioculturais latentes aos povos e comunidades tradicionais do Estado do Tocantins. Busca-se, de certa forma, com esta proposta instrutiva, treinar o olhar dos alunos para as in-



formações toponímicas com as quais se deparam no dia a dia.

#### **4.1. Sistema toponímico do Tocantins (sistop), ensino e seus multiletramentos**

A formalização do Atlas Toponímico do Tocantins (ATT), no Diretório de Pesquisa do CNPq, possibilitou a ampliação de pesquisas toponímicas no Tocantins. Atualmente, são cerca de dez pesquisadores atuando em distintas linhas de pesquisas. Da ótica da linguística, fazem parte das etapas do estudo: a etimologia e/ou origem dos topônimos, o estudo dialetológico, os aspectos gramaticais, sobretudo, os da ótica semântico-lexical<sup>306</sup>.

Partindo do princípio da interdisciplinaridade, na linha de pesquisa Toponímia e Ensino do ATT, encontra-se o projeto<sup>307</sup> de desenvolvimento de uma proposta de produção de um software<sup>308</sup> toponímico para o âmbito da Educação Básica. Objetiva-se com este projeto pensar a proposta de um software toponímico voltado ao ensino, com a finalidade de compreender o topônimo numa perspectiva inovadora e interdisciplinar para os estudos da Geografia, História e Língua Portuguesa da Educação Básica. O grupo tem se voltado à discussão de inserção no campo prático-metodológico de como este suporte lógico de dados poderá contribuir no processo, mediação e

---

<sup>306</sup> Informações extraídas do Diretório de Pesquisa (CNPq) Projeto Atlas Toponímico do Tocantins coordenado pela professora Dra. Karylleila dos Santos Andrade. Disponível: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8305956153213980>. Acesso: Setembro de 2016.

<sup>307</sup> Projeto aprovado pelo CNPq com financiamento para os anos de 2015, 2016 e 2017. O objetivo geral do projeto, intitulado de Software toponímico como inovação pedagógica: um estudo sob a ótica de professores de Geografia, História e Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, é produzir um software pedagógico que atenda aos interesses de professores do Ensino Fundamental, no que diz respeito à ampliação de informações adicionais (históricas, socioculturais, motivacionais, etimológicas, linguísticas etc.) de nomes de lugares (topônimos), identificados no livro didático do 6º e 7º anos. Intenciona-se realizar atividades e testes de uso das ferramentas do software com professores, a fim de aperfeiçoar o banco de dados do ponto de vista do processo ensino-aprendizagem.

<sup>308</sup> Os softwares pedagógicos são recursos tecnológicos projetados para serem usados em contexto de ensino-aprendizagem, desenvolvidos com o desígnio de levar o aluno a construir um determinado conhecimento referente a um conteúdo. Em tese, objetivam favorecer os processos de ensino-aprendizagem e sua característica principal é seu caráter didático (SOFFA; ALCANTARA, 2008, p. 4924).

ampliação de conhecimentos acerca das informações a respeito dos elementos urbanos e físicos tocantinenses, especificamente, na Educação Básica (ANDRADE; RIBEIRO, 2014, p. 346).

Está sendo considerada a estrutura formal do léxico toponímico: a macroestrutura e a microestrutura dos topônimos tocantinenses. O ponto de partida são os macrotopônimos, neste caso, os municípios do Estado do Tocantins, pois, os signos toponímicos dos 139 municípios compõem, assim, o léxico onomástico-toponímico municipal de uma microtoponímia do Estado, retratando as características peculiares e distintas das suas mesorregiões e microrregiões, seja no que diz respeito às particularidades linguísticas, geofísicas ou sócio-histórico-culturais. Busca-se, ainda, dispor de informações complementares sobre o Tocantins, como dados sobre a sua divisão político-administrativa, comunidades tradicionais, principais bacias hidrográficas, curiosidades e informações sobre lazer e turismo.

A respeito da divisão político-administrativa do Estado, o objetivo é transcrever os dados coletados na Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN) e da base eletrônica do IBGE para nosso sistema computacional. Buscamos associar as regiões administrativas e seus municípios as suas respectivas cartografias, bem como, dispor de breves informações geográficas e históricas dos municípios que compreendem as 18 (dezoito) regiões administrativas. A real finalidade desta opção de acesso no software é possibilitar aos alunos o conhecimento sobre a configuração administrativa, cartográfica, política e demográfica do Tocantins.

No software onomástico-toponímico, concentramo-nos ainda em conceber informações históricas e socioculturais sobre os povos e comunidades tradicionais do Estado. Intenciona-se disponibilizar, aos alunos e professores, informações sobre a língua, a história, a população, a localização e outras informações complementares sobre esses povos e comunidades tradicionais. Nesta circunstância, a base de dados poderá possibilitar ao aluno o conhecimento sobre os hábitos, costumes e manifestações culturais desses grupos étnicos.

Almeja-se também disponibilizar informações pertinentes sobre a hidrovia Tocantins-Araguaia, como dados hidrográficos e seus principais afluentes, origem/etimologia, contexto histórico dos rios, imagens e outros dados complementares. Esta base de dados poderá despertar a curiosidade do aluno para o conhecimento da importância política, econômica e social da bacia hidrográfica do Estado.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

O objetivo do acesso do usuário (aluno, professor e pesquisador) à toponímia dos séculos XVII a XX, no software toponímico, é vislumbrar os aspectos etnoculturais e etnotoponímicos no processo de povoamento da região que abrange o atual Estado do Tocantins. A ideia é demonstrar, nos diversos períodos da história, séculos XVII, XVIII, XIX e XX, a dinamicidade do processo de povoamento ao longo dos rios Araguaia e Tocantins. Intencionamos despertar a curiosidade do aluno em conhecer, por meio da cartografia histórica da região, o território, o contexto etnocultural e de que forma se deu o processo de povoamento ao longo das margens dos rios Araguaia e Tocantins nos séculos destacados. A ideia é proporcionar ao usuário um revisitar a história da província de Goiás, dispondo da leitura paleográfica dos rios Araguaia e Tocantins desses séculos.

O Estado é constituído de inúmeras regiões turísticas, são serras e lagos, praias e cachoeiras, gastronomia, artesanato e centros históricos que chamam a atenção de diversos turistas nacionais e internacionais. Deste modo, visa-se ainda, no *software* pedagógico, dispor de alguns dados complementares sobre o Tocantins, como algumas curiosidades e dados sobre a cultura, lazer e o turismo do Estado, o que poderá permitir ao aluno a construção de conhecimentos históricos e culturais da localidade, neste caso, do Tocantins.

A seguir, apresentamos alguns protótipos de acessos que estão sendo construídos, alimentados e testados para a verificação da satisfação dos requisitos iniciais do *software* pedagógico.

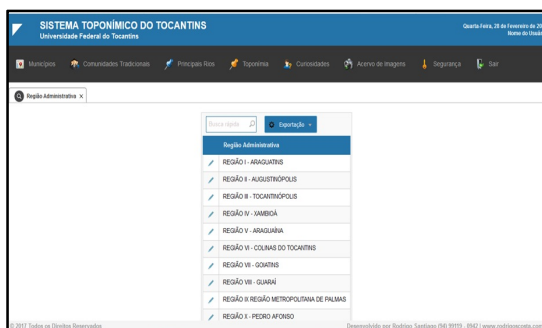


Figura 1: Tela do atual software toponímico – Cadastro de Regiões Administrativas.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

A figura 1 exemplifica o processo de inclusão das regiões administrativas na base de dados. Cada município será cadastrado e mapeado conforme sua região administrativa.

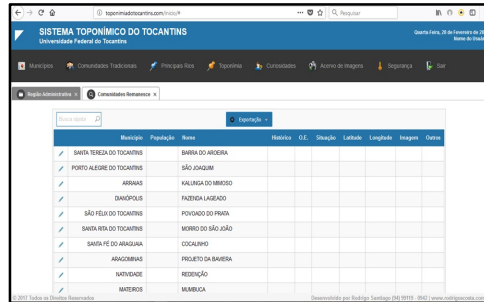


Figura 2: Tela do atual software toponímico – Cadastro de Comunidades Remanescentes

O item em destaque representa a opção cadastrar/incluir comunidades remanescentes. Cada comunidade será registrada conforme as especificações da ficha lexicográfico-toponímica.

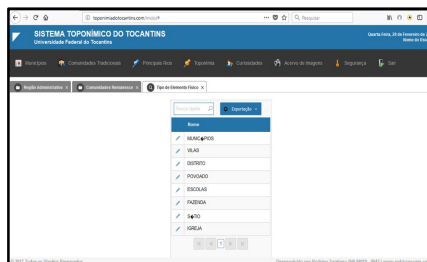


Figura 3: Tela do atual software toponímico – Cadastro dos Elementos Humanos

O item em destaque representa a opção cadastrar/incluir elementos humanos. Os dados serão alimentados no banco de dados, inicialmente, pelos pesquisadores/administradores.

Com a integração do computador, como mediador didático, vários

são os softwares específicos desenvolvidos para otimizar as práticas escolares. Desta maneira, pensar novas concepções pedagógicas, aliadas ao uso dos recursos tecnológicos, tem também contribuído, na sociedade da informação e do conhecimento, com a inclusão digital dos alunos. Portanto, tem sido pertinente pensar estratégias que objetivam o desenvolvimento de instrumentos tecnológicos educacionais, pois, à medida que as TIC recebem notoriedade nas escolas, o docente passa a visualizar novas possibilidades de abordagem de conteúdos, acesso à informação e conhecimento e, assim, dar ênfase significativa à prática pedagógica.

Nesta discussão, enquanto suporte pedagógico, a ideia é que o estudo dos nomes de lugares possa, com outros olhares e posturas, ser repensado, alterado, redimensionado e propiciar uma perspectiva positiva para as práticas educacionais. O intuito da proposta é que a escola, ao utilizar o sistema toponímico na educação, possa desenvolver nos sujeitos a possibilidade de ampliar a compreensão do seu espaço e do lugar em que vive.

Desta forma, visualizamos com o projeto do software toponímico-pedagógico mais uma exequível proposta didático-pedagógica para o ensino-aprendizagem sobre a compreensão dos saberes e práticas, por meio do léxico toponímico tocantinense, dos modos e estratégias de reprodução da vida social (simbólica e material) dos grupos tradicionais do Estado, tendo em vista que a proposta do software toponímico poderá estimular novos ambientes de aprendizagem para os estudos dos nomes de lugares, modificando práticas tradicionais em atividades criativas e inovadoras; facilitar o acesso às informações toponímicas e geo-históricas do Estado; aguçar a motivação e curiosidade do aluno; e favorecer ações pedagógicas interdisciplinares. Sendo assim, também, um suporte passível para promover, no aluno, uma multiplicidade de conhecimentos sobre o espaço-território toponímico do Tocantins, sobretudo, a respeito dos saberes linguísticos, etimológicos, geo-históricos, biológicos, antropológicos de certos povos e comunidades tradicionais do Estado do Tocantins.

## **5. Notas finais**

Esta proposta é uma maneira de reafirmar a existência de tais populações na pluralidade do Estado brasileiro e condiz, certamente, ao que postula a Estrutura Curricular do Estado do Tocantins(2009): “valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-a como direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da

democracia”, além de mais uma proposta<sup>309</sup> incluindo a Toponímia no contexto da Educação Básica, como também discussões acerca do caráter interdisciplinar da Toponímia. Debruçamo-nos, assim, em apresentar uma proposta que oportunizasse aos discentes ampliar a noção de lugar (para além do sentido locacional), sobretudo, a partir de um tema relativamente inovador (Onomástica, especialmente, Toponímia), avultar seus conhecimentos em várias áreas do saber, sobretudo, em Língua Portuguesa, Geografia e História.

No âmbito da interdisciplinaridade, a proposta apresentada poderá ampliar as fronteiras dos estudos referentes aos topônimos e oportunizar o conhecimento “de fatos linguísticos, de ideologias e crenças, presentes no ato denominativo de uma determinada região” (CURVELO, 2009, p. 19), neste caso, as micros e macrorregiões do Estado do Tocantins, a partir do estudo dos seus povos e comunidades tradicionais. Logo, fundamentada nos aspectos toponímicos (linguísticos, geográficos, históricos, culturais, antropológicos) que estão imbuídos nas manifestações artísticas e culturais dos povos e comunidades tradicionais do Tocantins, o intuito é que a escola, ao utilizar a posposta declarada, possa desenvolver nos sujeitos a possibilidade de ampliar a compreensão do seu espaço e do lugar em que vive, bem como, favorecer nos alunos o conhecimento e a visibilidade do cosmo geográfico-cultural e sociohistórico das populações observadas.

Ratifica-se com a proposta engendrada que a língua é

O reflexo da vida de um povo; quanto mais este progride na cultura das ciências, das letras e das artes, tanto mais se enriquece seu idioma; a língua é o espelho polido que retrata as qualidades cívicas e morais, os usos e costumes que se aprimoram; todas as atividades que se relacionam com o homem, nela transparece (MARQUES, 1950, p. 12)

E, no tocante, legitima-se caráter pluri e interdisciplinar que a Toponímia contempla, em que, enquanto signo, o topônimo, excepcionalmente, é um testemunho da história humana (FONSECA, 1997, p. 20, *tradução nossa*), logo, associado às dimensões ontológicas, aos aspectos da dominação territorial, bem como, ao surgimento das identidades e significações para dado lugar.

---

<sup>309</sup> Citamos aqui alguns trabalhos direcionados a aplicação da Toponímia no ensino básico: Sousa (2013), Nunes e Andrade (2015), Nunes (2015), Melo (2015), Nascimento (2017) e outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, K. dos S. *Estudo etnolinguístico e etnotopônimo dos rios Araguaia e Tocantins nos séculos XVIII, XIX e XX*. 2015. 199f. Tese de Pós-doutoramento em Linguística – Universidade de Coimbra Faculdade de Letras. Coimbra, Portugal, 2015.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, E. Implementação de software toponímico com perspectivas de atuação no ensino. In: GONÇALVES, A. V.; SILVA, W. R.; GÓIS, M. L. de S. *Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens teóricas e metodológicas*. Campinas-SP: Pontes, 2014.

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 2. ed. Campo Grande-MS: UFMS, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Geografia/Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 26 maio 2019.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação*. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

\_\_\_\_\_. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRITO, E. P. *Sobre os ribeirinhos tocantinenses: história e resistências*. InterEspaço Grajaú-MA, V. 4, n. 14 p. 33-48, 2018.

CASTIGLIONI, A. C. *Dicionário enciclopédico de topônimos do estado de Mato Grosso do Sul: uma proposta de modelo*. 2014. 234f. Tese- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de São José do Rio Preto – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. São José do Rio Preto-SP, 2014.

CAVALCANTI, L. de S. *Geografia, Escola e construção de conhecimentos*. Campinas-SP: Papyrus, 1998.

COSTA, F. R. da; ROCHA, M. M. Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. In: *Revista GEOMAE*, Campo Mourão-PR, V. 1 n. 2, p. 25-56, 2º Sem 2010.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

CUNHA, M. I. et al. Inovações pedagógicas na formação inicial de professores. In: FERNANDES, C.; GRILLO, M. (Orgs). *Educação Superior. Travessias e atravessamentos*. Canoas-RS: ULBRA, 2001.

CURVELO, H. R. *Topônimos Maranhenses: testemunhos de um passado ainda presente*. 2009. 282f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades. Departamento de Letras Vernáculas Mestrado em Linguística. Fortaleza-CE, 2009.

DAL PIZZOL, E. V. *Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural*. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FERREIRA, L. P. de A; ANDRADE, K. dos S. Povos tradicionais do Tocantins: estudo dos nomes das comunidades remanescentes de quilombo com foco nos estudos linguísticos e nas práticas culturais e históricas. In: ANDRADE, K. dos S; FLORES, K. M; BODNAR, R. (Orgs). *Populações tradicionais do Tocantins – cultura e saberes de comunidades quilombolas*. UFT, Palmas-TO, 2013.

FILGUEIRAS, F. Z. *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*. 2011. 349 ff. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Belo Horizonte-MG, 2011.

GONÇALVES, P. R; Silva, R. A. V. *Os territórios Quilombolas no Tocantins*. APA-TO, 2012. Disponível em: <http://www.apato.org.br/documentos/cartilha-quilombolas-do-tocantins-web.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

HOLZER, W. *O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea*. Geografia, Ano V – n. 10, 2003.

ISQUERDO, A. N. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sóciohistórico na toponímia sul-mato-grossense. In: *Revista ProLíngua*– V. 2, n. 2, jul/dez de 2008.

ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. das G. (Orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*, vol. II, Campo Grande-MS: UFMS, 2004.



*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

JAPIASSU, H. *O Sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

LEITE, I. B. (Org.). *Terras e territórios de negros no Brasil*. Santa Catarina: UFSC, 1991.

LOPES, S. R. M. *Povos e comunidades tradicionais Direitos Humanos e Meio Ambiente*. Lex Humana, Petrópolis, V. 5, n. 1, p. 160-82, 2013.

MARQUES, J. R. *História e toponímia: desvendar o passado é construir um futuro melhor*. Cuiabá-MT: Ed. do Autor, 1950.

NASCIMENTO, G. C.; CÓRDULA, E. B. de L. Tradições, cultura e misticismo nas comunidades tradicionais: 'A antropóloga'. In: *Revista Educação Pública*, 2016.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande-MS: EDUFMS, 2001.

PEREIRA, R. R. *A Toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de Lugares de municípios do sul goiano*. 2009, 204 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens, Campo Grande-MS, 2009.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, L. P. *O estudo do lugar no ensino de Geografia: os espaços cotidianos na geografia escolar*. 2010, 159f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro-SP, 2010.

SILVA, E. F; COSTA, E. M. A. MOURA, G. J. B. *Topofobia e Topofilia em "A Terra", de "Os Sertões": uma análise ecocrítica do espaço sertanejo euclidiano*. Soc. & Nat., Uberlândia, mai/ago/2014.

SILVA, A. S. L; ARAÚJO M. do S. M. Estudo toponímico na sala de aula: atividade interdisciplinar contextualizada. In: *Revista Philologus*, Ano 22, n. 66 Supl.: Anais da XI JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2016.

SEABRA, M. C. T. C. *Álbum chorográfico municipal do Estado de Minas Gerais*. 2012. Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/texto/estudo-critico-toponimia>. Acesso em: 12 de junho de

2019.

\_\_\_\_\_. Língua, Cultura, Léxico. In: SOBRAL, G. N. T.; LOPES, N. da S.; RAMOS, J. M. *Linguagem, Sociedade e Discurso*. São Paulo-SP: Blucher, 2015a.

\_\_\_\_\_. Cachaça: cultura, origem, variações. In: *Estudos Linguísticos e Literários*. N. 52, ago-dez, 2015b, Salvador-BA.

SEPLAN. Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins. Populações Tradicionais. Palmas-TO: Seplan, 2016.

SOFFA, M. M.; ALCANTARA, P. R. de C. O uso do software educativo: reflexões da prática docente na sala informatizada. In: VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR – EDUCERE, 2008, Curitiba. *Anais do VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR – EDUCERE*, 2008.

SOUSA, A. M. Para a Aplicação da Toponímia na Escola. In: *Cadernos do CNLF*, Vol. XVII, n. 02. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, Universidad de Barcelona, n. 93, 15 de julio de 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-96.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. In: *Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano*. 2. ed. / Secretaria de Estado da Educação e Cultura-TO: 2009.

TUAN, Yi-Fu. (1979). Space and place: humanistic perspective. In: Gale, S.; Olsson, G (Eds) *Philosophy in Geography*. Dordrecht, Reidel Publ. Co., p. 387-427. (publicadooriginalmenteem: *Progress in Geography*. (6): 211-252, 1974).

\_\_\_\_\_. Tradução: Livia de Oliveira. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Edel, 2012.

VELASCO, D. O. B.; TAVARES, M. T. Estudando Língua Portuguesa, História e Geografia por meio da Toponímia: uma proposta. In: *Revista Arredia*, Dourados-MS: UFGD, V. 6 , n. 1 1:16, jul./dez.2017.